



CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO: ANÁLISE DA DEMARCAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE IBIASSUCÊ-BA

Luzia Barbosa de Oliveira
Especializanda em Educação e Diversidade Étnico-Racial e Graduada em Licenciatura Plena em Geografia. Universidade do Estado da Bahia – UNEB Departamento de Ciências-Humanas, Campus VI – Caetité-Ba. Email: luh.barbosa@hotmail.com

Junívio da Silva Pimentel
Docente/Mestre/orientador da Universidade do Estado da Bahia – UNEB Departamento de Ciências-Humanas, Campus VI – Caetité-Ba. Email: junivio.pimentel@gmail.com

RESUMO:

A construção do espaço é motivada pela necessidade histórico-social e sua face visível é materializada pelo território, resultado de ações e poder. As discussões acerca dos territórios, como limites e fronteiras, acabam passando, muitas vezes, despercebidas pela sociedade. Na realidade, esse tema é relevante, uma vez que pode-se analisá-lo através dos fenômenos da construção espacial e as influências que exerce, principalmente, na organização, controle e manutenção da sociedade. Neste contexto, este trabalho objetiva analisar as divisões e redefinições de fronteiras, principalmente as municipais, desde o recorde inicial deliberado aos possíveis benefícios e impactos socioeconômicos e ambientais. Para tanto, a pesquisa analisou o caso do município de Ibiassucê-Ba, porque, com a criação do Território de Identidade do Sertão Produtivo, pela SEI, este município sofreu alterações nas suas fronteiras. Neste sentido, esta pesquisa surgiu da inquietação de se poder conhecer e descortinar questões sobre redefinições de fronteiras, especificamente em Ibiassucê-BA, quais foram as alterações sofridas e como estas interferem nas relações socioambientais e econômicas. É uma pesquisa inicialmente histórica, de cunho documental, na qual foram examinadas as Leis nº 1.724, de 18 de julho de 1962 (de criação do município), e Lei nº 12.057, de 11 de janeiro de 2011 (alteração) e seus elementos de definição de fronteiras. Após o exame criterioso das Leis, realizou-se a espacialidade das fronteiras, a título de comparação, ficando explícita a necessidade de uma Lei que preencha as lacunas no que diz respeito à fragmentação do território nacional. A própria Lei de criação de Ibiassucê apresenta equívocos de demarcação.

PALAVRAS-CHAVE: Demarcações. Inconsistências. Território. Fronteiras. Ibiassucê



INTRODUÇÃO:

A Geografia é uma ciência moderna que atravessou diferentes caminhos e teve diferentes definições. Atualmente, entende-se a Geografia como a ciência que estuda o espaço geográfico, isto é, aquele habitado pelo homem e que lhe serve de interesse, tanto em seus aspectos naturais, quanto em seus aspectos humanos.

Sobre isso, o espaço geográfico deve ser analisado, explicado e compreendido a partir da relação sociedade-natureza, na qual a reprodução deve ser vista numa perspectiva de reprodução socioespacial. Sendo a construção do espaço motivada pela necessidade histórico-social, sua face visível é materializada pelo território sendo resultado de ações e de poder.

As discussões acerca dos territórios, como limites e fronteiras, acabam passando como um fenômeno despercebido perante a sociedade e, por isso, não têm sido um objeto de grande discussão. Mas, na realidade, esse assunto nada tem de banal, visto que com esse estudo pode-se analisar os fenômenos da construção espacial e as influências que exerce, principalmente, na organização, controle e manutenção da sociedade.

As divisões territoriais do Brasil sempre estiveram entre os debates, conforme Guimarães (1941) inúmeros projetos de leis circulam na câmara dos deputados e no senado nacional, para emancipação, criação, redefinição e desmembramentos municipais no que se refere às entidades federativas (Estados, Municípios e Distrito Federal) dando margem a frequentes conflitos por delimitação territorial que favoreça apenas um dos envolvidos.

Neste sentido, esta pesquisa procura compreender as implicações, motivações e consequências das redefinições dos limites territoriais, especificamente no município de Ibiassucê-BA. Para tanto, procede-se à interpretação geográfica, através de mapas, sobre o planejamento do desenvolvimento territorial e posterior análise do complexo tema das divisões e redefinições de fronteiras, principalmente as fronteiras municipais. Tem como alvo uma abordagem que busca o retorno do território enquanto objeto de discussão e teorização e possui a pretensão de contribuir para o melhor entendimento da dinâmica territorial baiana e do lócus da pesquisa, o município de Ibiassucê.



Ibiassucê galgou sua emancipação política com o município de Caculé-Ba, em 18 de julho de 1962, instituído na Lei de nº 1.724. O território foi desmembrado entre os dois municípios e novos limites municipais foram estabelecidos para a delimitação. Os pontos de demarcação eram elementos naturais, como encontro de córregos, topo de serras, rios, entre outros elementos.

Após a criação dos territórios de identidade, pela SEI (2007), especificamente o Território de Identidade do Sertão Produtivo, o município de Ibiassucê sofreu alterações nas suas fronteiras. A lei nº 12.608, de 27 de dezembro de 2012, atualizou os limites dos municípios que integram o território de identidade do Sertão Produtivo, tendo o governador da Bahia decretado, na forma da lei nº 12.057, de 11 de janeiro de 2011, que os limites dos Municípios integrantes fiquem atualizados, fato que principiou uma série de dilemas de fins sociais, ambientais, e de ordem administrativa.

A EVOLUÇÃO DO TERRITÓRIO

O espaço geográfico é composto pela interação de diferentes fatores, como a noção de território, enfatizada neste trabalho, como sendo um recorte espacial na ação de apropriação do espaço. Sobre isso

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir de espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator 'territorializa' o espaço [...]. (RAFFESTIN, 1993, p. 143)

No momento em que a relação de pertencimento com o território é estabelecida, são necessárias novas técnicas para delimitar, marcar e caracterizar cada recorte territorial criado. Ligados a essa necessidade, foram elaborados critérios de divisão, perante isso, Guimarães (1941) coloca a dificuldade de se organizarem os limites e as divisas de determinada área, já que estas divisões implicariam em interesses diversos. Para se chegar a uma conformidade, modalidades seriam estabelecidas a cada necessidade de divisão, além de trabalhar em seu texto com ideias voltadas para a divisão Região Natural, Região Humana e finalmente em



propostas de diferentes autores, com diferentes critérios para divisão regional do território brasileiro.

A divisão do espaço convertendo-o em território político é uma ação recorrente na história humana e ocorre em múltiplas escalas, desde aquela que se funda no princípio da soberania, até aquelas divisões internas dos países que se emancipam buscando a ideia de autonomia dentro de limites variáveis. As fronteiras entre os países alteraram-se radicalmente com o tempo e com a história.

A exemplo da descolonização do continente africano e asiático após a segunda guerra mundial, a colonização das américas, pelos europeus, foi o marco inicial para a modificação espacial do território, modificando profundamente o traçado das fronteiras desses continentes. Desde então, inúmeras propostas de redivisão do território do Brasil, a luta pela terra, marcou todo o processo evolutivo do país, tratados foram assinados aos montes. E, somente em 1970, o Brasil assumiu sua configuração atual.

Sobre as propostas de alteração das divisas, algumas obtiveram aprovação e se efetivaram, como no caso do Mato Grosso do Sul e do Tocantins, últimas unidades federadas criadas. Desde então, propostas para a continuidade desse processo de divisão estão em curso. Sempre ocorreram propostas que são reapresentações de outras e, provavelmente, de tempos em tempos elas irão reaparecer, demonstrando uma obstinação de certas regiões em alterarem seus territórios, na instância que também modificaram seu status político-administrativo e esquivamente social.

Nas diversas modificações do território, houve uma evolução do número de municípios no Brasil. É possível dizer que, desde 1940, muita coisa mudou, novos municípios foram criados, houve a incorporação de terras, além do fato de que muitos municípios conseguiram se emancipar, enfim, o número de municípios se multiplicou. Em 138 anos, foram criados 4923 municípios no Brasil e, em 1872, antes da abolição da escravidão, o total era de 642 municípios. Com o advento do crescimento do capitalismo, globalização e evolução das técnicas de produção, atualmente, nos anos dois mil o número quadruplicou atingindo o valor de 5565 municípios.

Segundo Moreira (2007), a organização espacial da sociedade começa em convívio com o território. Sendo uma expressão direta e combinada dos princípios da localização e da



distribuição. Quanto aos fins administrativos, Guimarães (1941) ressalva que tal uniformidade será mais difícil de conseguir, pois há certos setores da administração que necessitam de divisões particulares em virtude de requisitos especiais, como a facilidade de comunicações, entre outros.

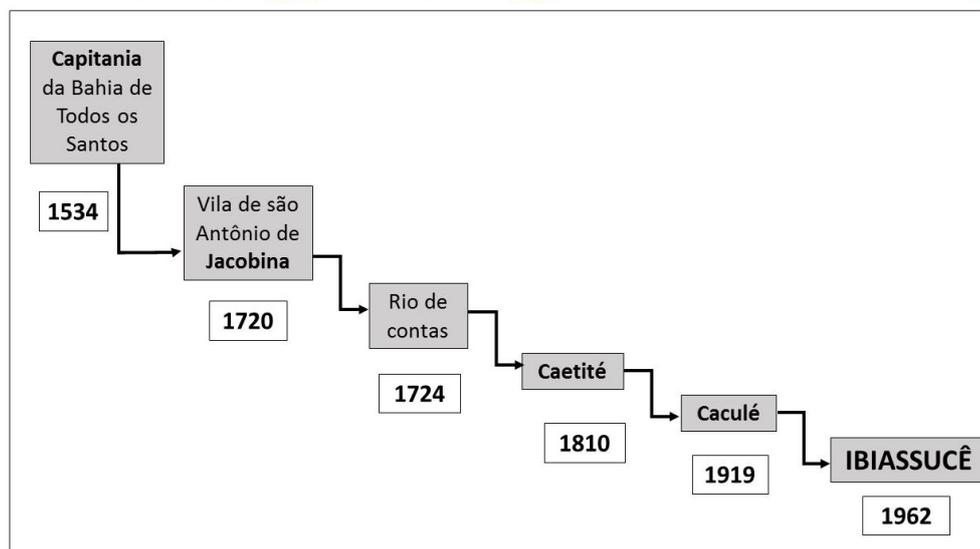
Souza (2008) apud Becker (2000) diz que o resultado da globalização não é o fim do território, mas a transformação de seu caráter e de sua função. Assim, o Estado brasileiro e também a Bahia, buscaram estabelecer políticas territoriais no sentido de acompanhar os movimentos internacionais surgidos com a globalização da economia. Castro (2000, p. 48) analisando a atuação do Estado nesse período, aponta que a opção era por uma valorização do território, estimulando suas aptidões produtivas e competitivas através de eixos que se constituem como corredores ao longo dos quais os investimentos em infraestrutura eram previstos.

A última vez que os limites dos municípios baianos foram redefinidos por uma lei geral foi em 1953, quando o Estado tinha apenas 150 municípios. Ultimamente são 417 municípios. A legislação previa que deveriam ser realizadas revisões territoriais a cada cinco anos, mas nenhuma foi realizada até a aprovação da Lei 12.057, em janeiro de 2011. A lei estabeleceu o atual processo de atualização sistemática das divisas intermunicipais que era reclamada há muito pelos municípios, órgãos do estado e o IBGE.

Quanto aos limites intermunicipais, esta questão é tão ou mais grave. Do total de 417 municípios, em cerca de 70% foram identificados problemas relacionados à redação das leis de criação, principalmente pela indefinição de pontos, marcos inexistentes e localidades desconhecidas, ensejando a ocupação indevida de municípios limítrofes (SEI, 2011 p.116).

Sobre a indefinição dos limites intermunicipais, a pesquisa analisou o caso do município de Ibiassucê, visto que ocorreu uma redefinição das fronteiras territoriais nessa localidade. No processo histórico evolutivo, ilustrado na figura 1, em 1720, esta região do interior baiano fez parte da antiga Vila de São Antônio de Jacobina, hoje denominada apenas por Jacobina, derivada da Capitania da Bahia de Todos os Santos (1534).

Figura 1: Processo histórico evolutivo de Ibiassucê



Org.: OLIVEIRA, Luzia Barbosa de (2014).

Fonte: Adaptação (SEI, 2001).

O município de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas, apesar de criado em 1724, só vai aparecer no cartograma que retrata a situação de 1940, pois foi extinto em 1745, vindo a ser restaurado em 1921. Em 1810, devido sua influência regional e pelo interesse econômico de Barões e senhores escravagistas, deu origem à Vila Nova do Príncipe e Santana do Caetité. Nos primeiros anos da década de noventa, especificamente em 1919, Caculé também adquire status para a emancipação. Finalizando a linha do tempo, mostra a criação da área de interesse da pesquisa, município de Ibiassucê, que foi desmembrado de Caculé em 1962.

Algumas incongruências foram constatadas pela SEI (2001) no decorrer da reconstituição cartográfica no que se refere aos municípios, cuja lei de criação consta que o desmembramento ocorreu a partir do território de dois outros municípios, embora a reconstituição documental sinalize apenas um. O contrário também aconteceu, isto é, a lei diz que o município foi criado com território de um e tudo indica ter sido a partir de dois.

Sobre a ocupação territorial no sertão, a SEI (2001) destaca que ora com maior, ora com menor intensidade, a ocupação se distribuía pelo norte e nordeste, Chapada Diamantina/Serra Geral e seguindo o percurso do Rio São Francisco e principais afluentes.



No mais, destacavam-se dois vazios demográficos: na porção centro/sul-sudoeste do estado e a oeste, preenchidos em períodos e circunstâncias diferentes.

Partindo dessa lógica, o principal fator que favoreceu este aglomeramento populacional nessa Região foi a mineração, a descoberta de diamante mobilizou a população para a Chapada Diamantina. Outro fator foram os engenhos de cana de açúcar ainda sustentados pelo sistema escravagista e, por fim, mas não menos importante, a fertilidade das terras nas proximidades dos rios. Economicamente falando, alguns desses fatores contribuíram para a supremacia da cidade de Caetité, que exercia grande influência regional. Atualmente, a cidade de Guanambi ganhou este status.

No caso de Ibiassucê, conforme o mapa número 3, apresenta uma perda de territórios graças a última atualização sistemática das divisas intermunicipais em 2011 que era uma reclamação antiga de muitos municípios, órgãos do estado e o IBGE. De acordo a redefinição feita pela SEI, em parceria com o IBGE, modificaram o formato do município. O IMESC 2011, em um estudo sobre as incongruências das divisas maranhenses, conclui que

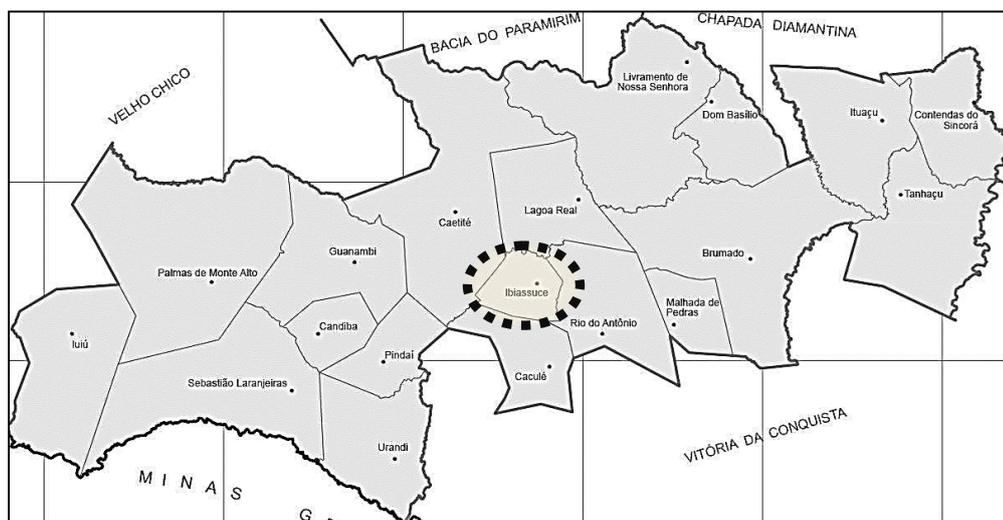
A tecnologia evoluiu entre o ontem e o hoje, quando trabalhos de topografia eram indispensáveis na delimitação de áreas; hoje, o geoprocessamento com imagens de satélites, GPS e outros instrumentos somam com a topografia tornando o estudo mais completo e mais rápido (p. 27).

A partir do avanço tecnológico, houve um aprimoramento da questão organizacional do território, no qual o Sistema Cartográfico Nacional produzido pelo IBGE junto à Diretoria de Serviço Geográfico do Exército, adotou um sistema de projeção cartográfica - a Universal Transversa de Mercator (UTM) - Decreto Federal de nº 243/1967. Esse é um sistema de coordenadas geodésicas que foi desenvolvido durante a Segunda Guerra Mundial e permite o posicionamento de qualquer ponto sobre a superfície da Terra.

AS INCONGRUÊNCIA DE FRONTEIRAS: O CASO DO MUNICÍPIO BAIANO DE IBIASSUCÊ



A urbe de Ibiassucê é reconhecida pelos seus habitantes, turistas e vizinhos, como a capital da amizade e este município baiano pertence ao Território de Identidade do Sertão Produtivo. A mapa número 2 ilustra a organização espacial e, em destaque, o município de Ibiassucê.



Mapa 2: Disposição dos municípios no Território de Identidade do Sertão Produtivo

Fonte: SEI, 2012.

A sede está, especificamente, localizado na latitude $14^{\circ} 15' 34''$ S e longitude $42^{\circ} 15' 25''$ W, está a 625 km de distância da capital Salvador, tendo altitude de 574 m. O município tem predominância do clima semiárido, apresentando uma área de aproximadamente 383,5 km². Possui pouco mais de cinco décadas de vida e uma população relativamente pequena para um município brasileiro.

Sobre a população de Ibiassucê, no início dos anos noventa o município contava com 13.928 habitantes e em 2000, atingiu o ápice de sua população com 15276. Desde então, sua população só vem diminuindo e, conforme mostra o último censo de 2010, o município conta com uma população de 10062. A inquietação inicial da pesquisa é essa perda significativa populacional, causada pela atualização do território na qual muitas localidades rurais deixaram de pertencer ao município, dentre outros fatores, a exemplo da redução da taxa de mortalidade e da migração de pessoas para outras cidades em busca de oferta de emprego.



Inicialmente, no processo histórico de criação do município, a maioria da população vivia na zona rural, conservando, até hoje, a mesma realidade. A sede do município contava com poucas ruas, não eram calçadas, possuía uma igreja tendo como padroeiro São Sebastião e uma praça onde se realizava a feira livre, aos sábados. O hospital foi inaugurado em 1996 e muitas pessoas eram atendidas nos municípios vizinhos, a saber, Caetité ou Caculé. Existiam pessoas que usavam ervas medicinais para cuidarem da saúde e parteiras que realizavam os partos. Algumas crianças nascidas foram registradas com a naturalidade da cidade de nascimento, não tendo Ibiassucê como sua naturalidade.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS - alega que o crescimento de Ibiassucê foi ocasionado pelo desmembramento de Caetité, e ainda coloca que

Durante o século XX o município de Caetité e os demais municípios emancipados desse desmembraram em vários outros municípios, a exemplo de Caculé, Ibiassucê, e Rio do Antônio. Tais desmembramentos municipais elucidam que ampla parcela das povoações de onde resultaram os atuais municípios do Sertão Produtivo teve sua origem no território de Caetité. A autoridade histórica do município também está relacionada à sua posição geográfica, uma vez localizada a aproximadamente 900 m de altitude nas encostas de serras e banhado por riachos. Tornou-se assim um próspero ponto de pouso de pecuaristas e mineradores que trafegavam pela região. Aliado a esses aspectos, a terra fértil foi propícia a agricultora policultura (p.11).

As principais atividades econômicas que ganham espaço no comércio e beneficiam a população do município são as atividades agrícolas, no setor ceramista e, atualmente, com as atividades de construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). Apesar de ser um pequeno município do interior da Bahia, seu centro urbano vem aumentando na medida em que o comércio começa a ganhar espaço.

Ibiassucê completou 52 anos de desmembramento territorial e político do município de Caculé, viabilizado pela articulação do então líder político Sr. Jorge Zeferino da Silva. A lei estadual nº 1.724, de 18/07/1962, publicada no Diário Oficial de 25/07/1962, selou a emancipação. Mas como diz Andrade (2004, p 1) “[...] mas são 150 anos de história, aproximadamente, pois o povoamento do município começou no final do século XIX. Meio século de vida para cada um de nós individualmente é um tempo razoável, para um grupo social na tessitura da vida em espaços coletivos é muito pouco”. Tanto tempo de história e pouco se conhece do município, “[...] é bem provável, a exemplo do que ocorre a cada ano, que a festa e os fogos



de artifícios brilhem mais do que as escassas reflexões que fazemos sobre a nossa história, sobre quem somos e quem queremos ser enquanto cidade e município.”

No século XIX, o território integrava o município de Caculé. Nessas terras, desenvolveu-se a fazenda Lagoa do Cisco, propriedade de Anselmo Cruz Prates, Sebastião Figueiredo Cardoso e das famílias Lima, proprietária da Casa Grande (primeira edificação do sítio e onde celebrava-se as missas, inicialmente) e Gonçalves de Aguiar. Logo surgiram as primeiras casas e edificou-se a capela de São Sebastião. Formou-se o povoado São Sebastião do Cisco, situada à margem do Rio das Antas ou Jacaré e da Lagoa do Tamboril, em fins do século XIX.

A sociedade local baseava-se na economia escravagista, utilizando-se de mão-de-obra forçada para a construção das primeiras edificações, para a produção agrícola e para as tarefas caseiras. Dada a fertilidade de suas terras, foram chegando famílias e o lugarejo transformou-se em povoado. Inicialmente, pertenceu ao município de Caetitê e, depois, com a emancipação política de Caculé, passou a se integrar àquele município, adquirindo a condição de distrito.

A denominação do vilarejo foi alterada para São Sebastião em 1920, para São Sebastião do Caetitê em 1933 e voltando a São Sebastião, em 1938, para, finalmente, ser nomeado Ibiassucê, topônimo definido pelo Decreto Estadual nº 141, de 1943. Contudo, era ainda distrito de Caculé. O povoado evoluiu lentamente e a população ansiava pela sua emancipação política, que só veio a ocorrer em 1962, com o então governador da Bahia Coronel Juracy Magalhães, desmembrando a vila do município de Caculé e conseguindo sua municipalização.

Atualmente, a cidade cresceu e ganhou uma nova configuração espacial, na qual mantiveram-se essas ruas e marcos históricos, ao centro e ao redor foram construídas novas casas residenciais, como também imóveis comerciais. A fotografia de número 3 mostra a vista parcial da Ibiassucê, um de seus cartões postais.

Andrade (2014), diz que o atual desenho urbanodo núcleo central da cidade e imediações, é anterior à emancipação. O desenho em forma de retângulo era limitado pela Igreja Matriz, ao leste; casas residenciais às margens da “lagoa da rua”, ao oeste, casas residenciais na atual Rua Jorge Zeferino, ao norte e residências da atual Rua Juracy



Magalhães, ao sul. Dentre elas, o sobrado, um prédio imponente da antiga vila de São Sebastião do Cisco. Três dos quatro quarteirões que compõem a atual paisagem urbana dessa área central foram construídos a partir da segunda metade da década de 1940 e 1950. A fotografia número 1 (lado esquerdo) ilustra essa afirmação e essa imagem é datada desse período, no qual Ibiassucê ainda pertencia a Caculé.

Fotografia 1: Ibiassucê quando fazia parte de Caculé em 1940



Fonte: Acervo do Centro de Cultura de Ibiassucê

Conforme Andrade (2014, p. 1) “O cruzeiro secular, outrora fincado no largo do atual bairro Venda Velha, onde seria construída a primeira igreja, era datado de 1863. A antiga Igreja Matriz de São Sebastião fora construída em 1870”. A fotografia número 1 (lado direito), mostra os primeiros festejos na igreja, “e o sobrado, ainda existente e com relevante valor arquitetônico, é datado de 1890. Hoje, nas suas dependências, funciona o Centro Cultural de Ibiassucê” Andrade (2014, p.1).

Como algumas incongruências foram constatadas pela SEI (2001) no decorrer da reconstituição cartográfica, na Bahia, após muitas discussões, o Governo do estado resolveu delimitar o território baiano, respeitando as áreas de influência e seus aspectos socioeconômicos, criando os Territórios de Identidades. Na sua delimitação, segundo o discurso oficial, foram levados em consideração o sentimento de pertencimento da população e a teia de relações sociais e econômicas. Os Territórios de identidade aparecem bem



definidos e foi pensado como instrumento para entender a nova política de desenvolvimento regional do Estado da Bahia, o Plano Plurianual 2008/2011.

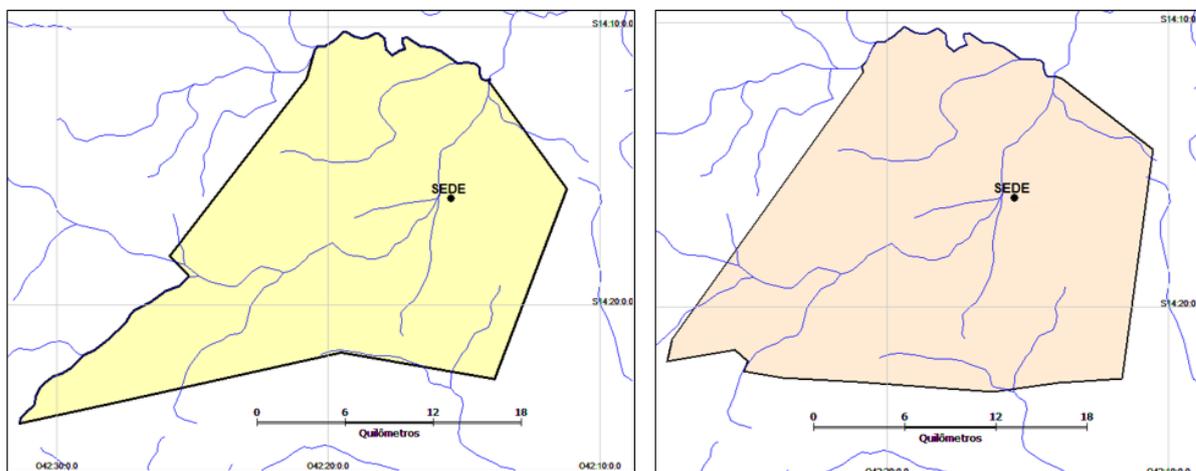
A configuração presente na lei estadual de 2011 apresenta uma configuração distinta. É notório que houve uma incorrência e dificuldade na delimitação do território. A lei estadual 1.724 de 18 de julho de 1962, deu origem ao município de Ibiassucê e com a atualização do território baiano e a criação dos Territórios de Identidade, segundo a lei, o município ganhou outras configurações, com a seguinte representação gráfica expressa no mapa número 3.

Esta é a lei que deu origem ao município, marcando suas fronteiras. Até que o novo município se organizasse, com a eleição e posse do prefeito e vereadores, ficou sob responsabilidade do município de Caculé, que teve de aplicar 70% da renda arrecada com Ibiassucê. Os casos que não são mencionados nesta lei seriam regularizados com a Lei Orgânica dos Municípios.

Na lei de criação do município, **Lei Estadual nº 1.724 de 18 de julho de 1962**, fica clara a ausência de elementos que demarcassem com exatidão sem possíveis reivindicações de deformidades na demarcação territorial. Os elementos presentes nesta lei são: nascente do riacho; foz no Rio; ao centro da Lagoa; em reta até o marco no lugar; margem do Rio; em reta ao ponto mais alto; e o divisor de águas desta serra.

Quando a cidade de Ibiassucê emancipou-se de Caculé, tinha a configuração territorial representada no mapa número 3 (lado esquerdo), segundo o IBGE. O formato do município, mostra uma perda significativa de territórios, contudo, a configuração presente na lei de 2011 mostra outra demarcação, como mostra no mapa número 3 (lado direito), onde é notório que houve uma incorrência e dificuldade na delimitação do território.

Mapa 3: Espacialidades territoriais das Leis de Ibiassucê-BA de 1962 e 2011

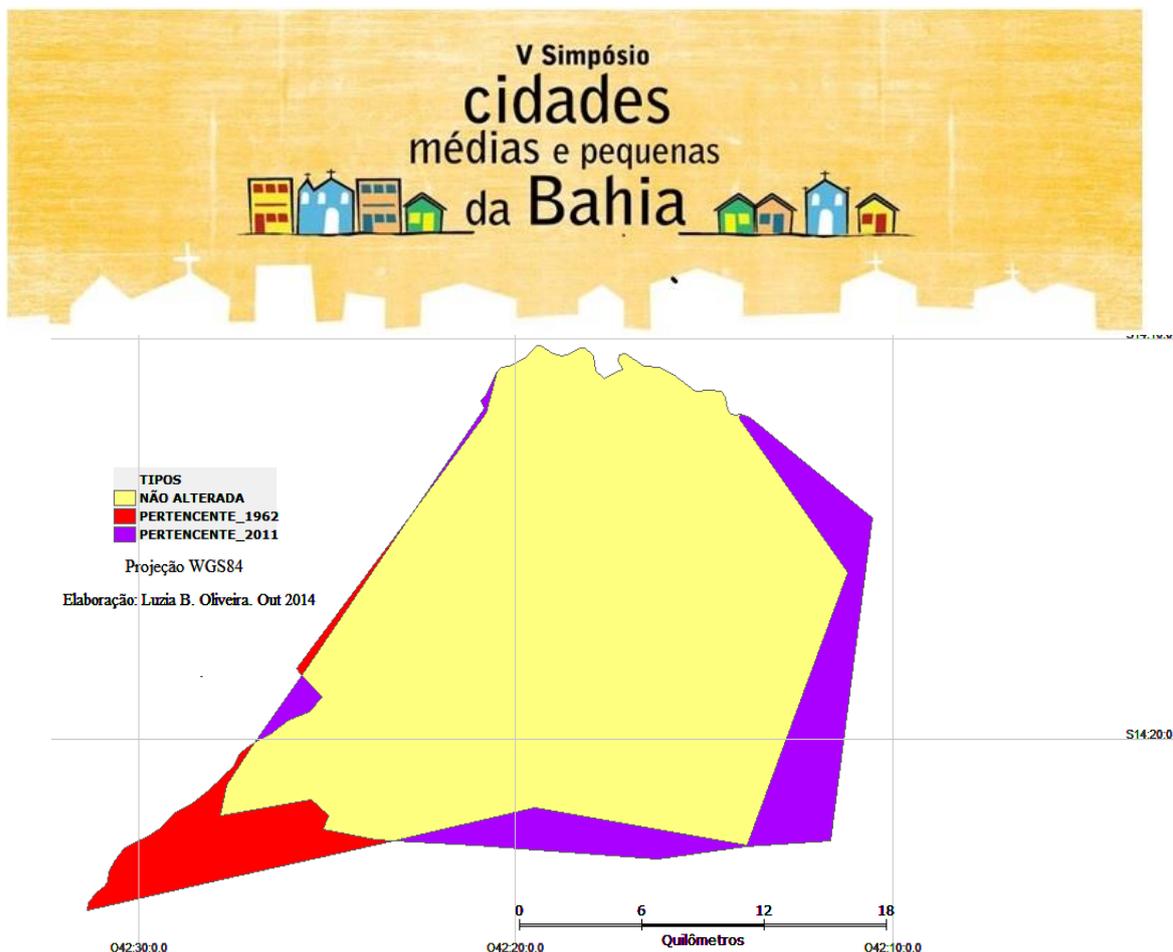


Org.: OLIVEIRA, Luzia Barbosa de (2014).

A **Lei Estadual Nº 12.608 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012** que, atualizou o município de Ibiassucê, em 2011, a disposição dos elementos que seriam divisas municipais faz referência a elementos acompanhados das coordenadas geodésicas específicas (longitude e latitude que permitem a localização de pontos na superfície terrestre). Com os limites geográficos dos municípios, deve ser preferencialmente estabelecido por acidentes físicos, naturais e/ou artificiais. Os elementos de delimitação municipal continuam os mesmos com as devidas coordenadas geodésicas: uma ponte sobre o rio; a foz do riacho; divisor de águas das sub-bacias; riacho; ponto no alto do morro; estrada; açude; barragem; barramento do açude; entroncamento da estrada; córrego; afluente da margem direita do riacho e o centro da lagoa.

Para confrontar as representações, esta pesquisa optou por fazer uma interseção das duas projeções, representadas no mapa número 3, na qual podem ser visualizar as disparidades entre áreas. Através do mapa número 4, pode-se ver que a área em amarelo permaneceu inalterada, ou seja, o território faz parte desde a emancipação do município, compondo uma área de 361,57km².

Mapa 4: Diferenças entre as alterações territoriais em Ibiassucê-BA de 1962 e 2011



Org.: OLIVEIRA, Luzia Barbosa de (2014).

No mapa 4, ainda é possível observar, em vermelho, as áreas que pertenciam ao município, em 1962, quando se desmembrou politicamente de Caculé e que atualmente, na Lei de 2011, não pertencem mais, cerca de 30,37 km² equivalente a 3000 hectares. Sobre essa faixa territorial, o município fazia divisa com Urandi, contudo, o município de Pindaí se emancipou neste mesmo ano de 1962, de Urandi, e o trecho que fazia fronteira com Ibiassucê ficou sob seu controle administrativo. Essa área atualmente faz parte do território de Caculé, em maior parte, e a Caetité.

As áreas destacadas em roxo representam as áreas que foram agregadas ao município na lei nº 12.057, de 11 de janeiro de 2011, essa faixa territorial tem cerca de 54,76km². Em um simples cálculo matemático, a área de Ibiassucê equivale a 385,95 km², pois se subtrai a área que não pertence mais e somam-se as novas áreas do município.

Ao contrapor a Lei de 1.724, de 18 de julho de 1962, com a carta topográfica de Caetité na folha SD 23-Z-B-III MI-2093, algumas inconsistências foram detectadas, como, por exemplo, não encontrar o Rio Jacaré citado na Lei e, como mostra o mapa número5, feito com base no banco de dados de 2013 não aparece o riacho das Antas, que é o principal.



A parte do município que segue o curso do divisor de água do Rio São João faz divisa com Lagoa Real, não obstante, a rodovia BA 030, que vai de Caetitê a Brumado, acaba recebendo a função de divisa das comunidades que encontram-se anterior à rodovia. O município de Ibiassucê continua prestando assistências, através de serviços como saúde, educação e ônibus escolares buscam alunos até o encontro da estrada 617 com a BA 030 e até ofertas de emprego, graças as atividades da FIOLE.

Segundo o TRE-Tribunal Regional Eleitoral, o eleitorado do município é de respectivamente 8.607 eleitores que, numericamente, representam mais de 80% da população. E os jovens menores de 16 anos, que não votam, representam? Ou seja, pelo número de eleitores, pode-se perceber que o valor populacional aumenta, mas estas pessoas não residem em Ibiassucê e, sim, nos municípios vizinhos e retornam ao município para fazerem uso de alguns serviços, neste caso, exercer seus direitos cívicos do voto. Esses eleitores estão divididos em 29 zonas eleitorais que ainda pertencem à comarca de Caculé, visto que a cidade ainda não possui esses serviços.

Este fato permite estabelecer a seguinte relação com o território: o limite transcende as divisas intermunicipais e as próprias fronteiras criadas para demarcação territorial. Engajado nessa lógica, limite é 'linha' imaginária composta por marcos ou divisas, ou seja, respectivamente, elementos artificiais, fixos, criados pela ação humana e os elementos naturais como acidentes geográficos, um rio ou uma cadeia de montanhas. Enquanto que fronteira seria a materialização do limite, que ocupa uma 'faixa', ao contrário do limite pode ser ocupada, possuindo uma zona da qual podem e são estabelecidos relações comerciais como os intercâmbios e muitas vezes o contrabando. De fato, Filizola e Kozel apud Foucher (2009) mencionam que,

[...] fronteira é, para o Estado, um teatro onde a legitimidade de seu poder é observada com atenção [e] aí se impõe outro fundamento da ordem internacional, a [sua] inviolabilidade, [também representa o terreno] de práticas sociais que variam segundo o [seu] grau de abertura (p. 25-26).

Aliás um território corresponde, essencialmente, segundo Raffestin (1993) a um espaço "recortado", delimitado segundo relações de poder. Isto é, um território se define enquanto tal como sendo o espaço de exercício de um poder (estatal ou não). Haesbaert (2007), completa mencionando que a territorialização de um determinado espaço se define por um certo poder e equivale ao seu controle organizacional.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primórdios da sociedade, a terra tinha a conotação de poder e controle, ou seja, conflitos por território não são novidade. Essa inquietação levou esta pesquisa a resgatar e analisar algumas vertentes (lacunas) em relação à temática das redefinições dos limites municipais num contexto geral com a pretensão de descortinar a redefinição de fronteiras do município de Ibiassucê-BA, verificando quais foram as alterações sofridas e como estas interferem nas relações socioambientais e econômicas.

Neste sentido, constatou-se, com este trabalho, que as alterações dos limites municipais de Ibiassucê são frutos de uma correção e atualização feita pelo IBGE após a criação dos Territórios de Identidade. Sobre essa questão territorial, optou-se por analisar o contexto que envolve a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios e desapropriações territoriais, constatando-se que no inciso^{4º} do artigo 18 da Constituição Federal fica clara a existência de casos omissos e possui critérios pouco eficazes na organização espacial.

A pesquisa mostrou o processo histórico das alterações territoriais sofridas pelo Brasil até adquirir a atual conjuntura espacial e esse diagnóstico histórico foi muito gratificante e esclarecedor. O fato de o Brasil ser um país com grande extensão territorial, fica evidente que o processo de fragmentação do território brasileiro, através das emancipações, deve ficar na responsabilidade conjunta das esferas Federal e Estadual, tendo em vista que todos dependem de recursos gerados nos municípios, normalizados, arrecadados e distribuídos pela União, Estados e os próprios Municípios.

Para alicerçar a presente pesquisa, foi mostrado o processo, ou seja, como ocorrem essas alterações espaciais, discutindo quais os critérios e métodos utilizados, destacando o avanço das tecnologias que facilitaram esse processo, uma vez que muito se evoluiu desde a emancipação de Ibiassucê, em 1962, na qual os critérios de divisão do território eram imprecisos, gerando incoerências e conseqüentemente disputas territoriais entre municípios vizinhos, até os dias atuais que foram adotados critérios de demarcação baseados no uso do



sistema de coordenadas geodésias (latitude e longitude) que marcam com precisão qualquer ponto no globo terrestre.

A análise dos aspectos jurídicos constituiu-se em uma parte exaustiva pelo grau de confusão e inexatidão, em alguns aspectos. Com este estudo, pode-se perceber a criação e desmembramentos territoriais e que deveria haver uma nova lei com maior rigor e estabelecimento de critérios que contemplem todos os processos de redefinição territorial brasileira, incluindo os casos omissos e as várias particularidades regionais. A análise da Lei de Criação e a de Atualização de Ibiassucê foi atribulada e equivocada, mostrando que ambas apresentam divisas que dão margens a erros de demarcação.

Muita coisa sobre o município de Ibiassucê ainda continua uma incógnita, entretanto, este estudo inicial da problemática do território constatou falhas no processo de delimitar o espaço e, como, consequência são as disputas de insatisfações populares. Com o avanço da tecnologia, muita coisa melhorou, mas ainda existem controvérsias e brechas quando se fala em delimitar ou demarcar territórios, neste caso, Ibiassucê foi e é apenas um dos municípios que lidam com essa situação dentro de muitos outros espalhados pelo país.

A metodologia utilizada proporcionou uma harmonia entre todos os elementos da pesquisa, de ordem teórica e qualitativa, assegurando resultados autênticos. Além de servir para ajudar na comprovação do objeto de estudo, visando à contemplação da pesquisa. Enfim, conclui-se a pesquisa não com uma certeza absoluta, pois, como diz Karl Popper, são as perguntas e enigmas que movem o mundo. Esta pesquisa lastima não ter feito uma consulta popular nas localidades afetadas pela alteração territorial e a interferência na vida das pessoas.

Diante do que foi exposto nesta pesquisa, acredita-se haverá necessidade de criação de uma nova lei com critérios que possam preencher as lacunas e carências futuras no que diz respeito às mudanças territoriais, já que as emendas solucionaram apenas os problemas passados não dando margem a novos casos específicos e a própria redação da constituição possibilita; equívocos de demarcação.

REFERÊNCIAS



ANDRADE, Maria Eliane Brito. **Ibiassucê-BA: 52 anos de emancipação** (algumas reflexões – I). Disponível em <<http://www.uneb.br/caetite/dch/2014/07/21/ibiassuce-ba-52-anos-de-emancipacao-algumas-reflexoes-i/>> acesso em julho de 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Documentos para Disseminação Memória Institucional 17. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Diretoria de Geociências. Coordenação de Geografia.

FILIZOLA, Roberto; e KOZEL, Salette. Território e fronteira: Novas perspectivas para o ensino de geografia política. **Revista Geográfica de América Central: Número Especial EGAL**, 2011. Costa Rica: II Semestre 2011 pp. 1-20.

GUIMARÃES, Fábio M. S. Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Abril-Junho, 1941.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

IBGE, Departamento de Cartografia. **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 130p. (Manuais Técnicos em Geociências, ISSN 0103-9598; n.8). ISBN. 85240.0751-6.

_____. **Divisão Territorial Brasileira**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 23 de outubro de 2013.

_____. **Divisão territorial do Brasil e limites territoriais**. Seminário Nacional com as Instituições Responsáveis por Limites Político-Administrativos. Brasília - DF, 1º de Julho de 2008.

IMESC, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Redefinição dos limites e divisas dos municípios do Estado do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2011. 35f.: Il.

MOREIRA, Ruy. **Pensar em Geografia**. Contexto, São Paulo: 2007.

Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável – PTDRS. Bahia. 1ª edição – dezembro de 2010.

RAFFESTIN, Claude. O território e o poder. In: RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Mabrl, 1988.

SANTOS . **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.



Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Evolução territorial e administrativa do Estado Bahia**: um breve histórico. Salvador: SEI, 2001. 120 p. il. tab. mapa.

SOUZA, Éder Júnior Cruz de. **Políticas territoriais do estado da Bahia**: regionalização e planejamento. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia Instituto de Geociências. Curso de Pós-Graduação Em Geografia. Salvador – Bahia. Dezembro – 2008.